

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
30/11/2014

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Mês (b)	% (b/a)	Ate o Mês (c)	% (c/a)	
			RS 1.00				
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>681.509.000,00</b>	<b>672.653.994,55</b>	<b>76.890.314,79</b>	<b>11,43</b>	<b>341.529.378,71</b>	<b>50,77</b>	<b>331.124.615,84</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>							
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
Impostos 1	-	-	-	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Concessões e Permissões	-	-	-	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>681.509.000,00</b>	<b>672.653.994,55</b>	<b>76.890.314,79</b>	<b>11,43</b>	<b>341.529.378,71</b>	<b>50,77</b>	<b>331.124.615,84</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	681.509.000,00	672.653.994,55	76.890.314,79	11,43	341.529.378,71	50,77	331.124.615,84
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	681.509.000,00	672.653.994,55	76.890.314,79	11,43	341.529.378,71	50,77	331.124.615,84
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>							
Receita Intra Orçamentária - Corrente	-	-	-	-	-	-	-
Receita Intra Orçamentária - Capital	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>681.509.000,00</b>	<b>672.653.994,55</b>	<b>76.890.314,79</b>	<b>11,43</b>	<b>341.529.378,71</b>	<b>50,77</b>	<b>331.124.615,84</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>681.509.000,00</b>	<b>672.653.994,55</b>	<b>76.890.314,79</b>	<b>11,43</b>	<b>341.529.378,71</b>	<b>50,77</b>	<b>331.124.615,84</b>
<b>DEFICIT (VI)</b>							
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>681.509.000,00</b>	<b>672.653.994,55</b>	<b>76.890.314,79</b>	<b>11,43</b>	<b>341.529.378,71</b>		
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-(g+h))
				No Mês	Ate o Mês	No Mês	Ate o Mês	% ((g+h)/f)	
				RS 1.00					
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VI)</b>	<b>681.509.000,00</b>	<b>-</b>	<b>672.653.994,55</b>	<b>18.988.657,74</b>	<b>382.794.026,51</b>	<b>5.472.675,47</b>	<b>335.252.206,70</b>	<b>49,84</b>	<b>337.401.787,85</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (3100-3191)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (3200)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (3300-3391)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>681.509.000,00</b>	<b>-</b>	<b>672.653.994,55</b>	<b>18.988.657,74</b>	<b>382.794.026,51</b>	<b>5.472.675,47</b>	<b>335.252.206,70</b>	<b>49,84</b>	<b>337.401.787,85</b>
INVESTIMENTOS	681.509.000,00	-	672.653.994,55	18.988.657,74	382.794.026,51	5.472.675,47	335.252.206,70	49,84	337.401.787,85
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>									
DESPESA INTRA ORÇAMENTÁRIA - CORRENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA INTRA ORÇAMENTÁRIA - CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VI + IX)</b>	<b>681.509.000,00</b>	<b>-</b>	<b>672.653.994,55</b>	<b>18.988.657,74</b>	<b>382.794.026,51</b>	<b>5.472.675,47</b>	<b>335.252.206,70</b>	<b>49,84</b>	<b>337.401.787,85</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)</b>									
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>681.509.000,00</b>	<b>-</b>	<b>672.653.994,55</b>	<b>18.988.657,74</b>	<b>382.794.026,51</b>	<b>5.472.675,47</b>	<b>335.252.206,70</b>	<b>49,84</b>	<b>337.401.787,85</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>									
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>681.509.000,00</b>	<b>-</b>	<b>672.653.994,55</b>	<b>18.988.657,74</b>	<b>382.794.026,51</b>	<b>5.472.675,47</b>	<b>341.529.378,71</b>		

FONTE: Lei Municipal nº 15.356, de 28/12/10 (estima receita e fixa despesa 2011); Boletim da Receita e Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamentária do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF.

HELEN MARA RAMPAZZO MOMPEAN  
ASSESSORA FINANCEIRA/CONTÁBIL  
CRC 1SP 162593

JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH-5ª GESTÃO

Data da Reunião: 14 de outubro de 2014

Local: Rua Libero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

Aos catorze dias do mês de outubro do ano 2014, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Libero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os **Conselheiros do Poder Público**: José Floriano de Azevedo Marques Neto (SEHAB); Marco Antônio Biasi; (SEHAB); João Abukater Neto (COHAB); **Conselheiro dos Movimentos Populares**: Sidnei Antônio Euzébio Pita (Unificação das Lutas de Cortiços – ULC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Júlia Azevedo Moretti (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP); Caio Santo Amore de Carvalho (IAB-SP – Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo); Marco Antônio Florenzano (APEMEC – Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo). **Convidados (as)** Ana Maria Maluf Moussalli (SECMH/SEHAB); Jair José Rodrigues (COHAB); José Jacques Namur Yazbek (COHAB); Osmar S. Borges (COHAB); Vera Lúcia Barros (SECMH/GAT); Cristina Pimenta Nunes (COHAB); Sérgio Luiz de Oliveira (COHAB); Miguel Saliby (CDM); Antônio Maria de Oliveira (COHAB-SP). **Ausentes os Conselheiros (as)**: Makuel José Costa (Cons. Mov. Pop./Movimentos dos Sem Teto do Ipiranga); Felícia Mendes Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. Morar e Preservar da Chácara do Conde Fase-I); José Alves Dias (Cons. Mov. Populares/AULFASP); Leandra Gujev de Carvalho (Cons. Mov. Pop./Soc. de Apoio à Luta pela Moradia); Luiz Garcia Maldonado (Cons. Soc. Civil/CONSEHAB – SP); Alexandre Marques Tirelli (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Abelardo Campoy Diaz (Cons. Soc. Civil/SECOVI – SP). **Ausência justificada**: Débora Sanches (Cons. Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de São Paulo). **Pauta da reunião**: 1) Aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão Executiva realizada em 19/8/2014, Orçamento do Fundo Municipal de Habitação de 2014 (previsto e realizado); 3) Apre-

sentação da posição do extrato das contas do Fundo Municipal de Habitação; 4) Apresentação da Proposta Orçamentária do Fundo Municipal de Habitação para o exercício de 2015; 5) Solicitação de Voto CECMH nº8/2014 - Propõe encaminhamentos junto à PMSP com vistas a viabilizar dotação orçamentária no Orçamento Programa de 2015, com vistas à regularização contratual das unidades habitacionais vinculadas ao Fundo Municipal de Habitação - FMH (Conselheiro Responsável: Jair José Rodrigues); 6) Outros Assuntos. O Dr. Biasi dá início aos trabalhos. **Dr. Biasi** – Boa tarde a todos. Por enquanto, não temos quórum. A sugestão é que caminhemos com a apresentação dos quatro primeiros itens que compõem a pauta e, ao final, se tivermos a presença de seis conselheiros, votamos o Item 5 da pauta. Concordam com esse procedimento? (Os presentes concordam). Item 1 – aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão Executiva realizada em 19/8/2014. Vamos propor a postergação do item 1 para o final porque não podemos votar. Todos concordam? (Os presentes concordam). Item 2 – Apresentação do Orçamento do Fundo Municipal de Habitação de 2014 (previsto e realizado). Por favor, Yazbek. **Dr. Yazbek** – Boa Tarde. (O Dr. Yazbek procede à apresentação do Orçamento do Fundo Municipal de Habitação 2014) **Dr. Biasi** – Qual o significado do valor congelado desse Orçamento? **Dr. Yazbek** – Todo Orçamento é montado em cima de uma expectativa de receita. A Secretaria de Finanças e a Secretaria de Planejamento, no início da gestão, no início do exercício, bloqueiam o valor, para poder administrar ao longo do ano. Se a receita se confirmar, vão liberando por solicitações à medida que, efetivamente, vai se realizando. **Dr. Biasi** – Nos balanços, nos resumos de 2014 e 2013, o congelamento não foi usado porque os recursos, na prática, não existiram? É isso? **Dr. Yazbek** – Não foram necessários para serem usados. Não houve requisição. Não houve a contrapartida de serviços. Então, não houve a liberação por conta disso. Podia até haver receita suficiente, só que não houve execução. Tanto que houve saldo. Tínhamos recursos orçamentários e vamos mostrar isso em seguida. **Sra. Júlia** – Então, na verdade, o problema não é falta de Orçamento, necessariamente, se está congelado e não foi solicitado, não foi empenhado, nem liquidado, e sobrou dinheiro. Pode ter sobrado dinheiro? **Dr. Yazbek** – Depende do exercício. Pode sobrar dinheiro. No final do ano todo o empenho é zerado. Restam recursos financeiros, mas não há mais Orçamento para poder utilizar na virada do ano. Cada 31 de dezem-

bro do exercício, o Orçamento é zerado, havendo ou não recursos para serem utilizados. Então, esses recursos ficam disponibilizados para uso futuro, se houver Orçamento. **Sr. Sidnei** – Esse demonstrativo que o senhor está passando, vamos ter acesso a essa tabela? **Dr. Yazbek** – Isso vai estar disponibilizado. **Sr. Caio** – O Orçamento é o que é mandado antes de começar o exercício? **Dr. Yazbek** – Sim. Normalmente é elaborado um Orçamento para o ano seguinte. **Sr. Caio** – Esse congelamento é feito na Secretaria de Finanças? **Dr. Yazbek** – Secretaria de Finanças, Secretaria de Planejamento, fazem um bloqueio em função da expectativa de haver receita efetiva e financeira da arrecadação. **Sr. Caio** – Porque a Secretaria de Finanças vai receber os Orçamentos de todas as outras secretarias e ela vai ver o que cada um pode receber. Então, aí se tem o valor que fica disponível, que é o orçado menos o congelado. **Dr. Yazbek** – Existe um valor orçamentário que fica disponível. Não necessariamente há recursos para poder fazer isso. **Sr. Caio** – Entendi. Aí o empenho já é vinculado a serviços e fornecedores e contratos e tal. E o liquidado é o que realmente foi pago. **Dr. Yazbek** – Sim. Os senhores irão receber isso. O Tribunal de Contas tem nos chamado atenção com relação às receitas de remuneração da COHAB. Estamos tentando zerar essas pendências que estão no passado, inclusive. Estamos conseguindo zerar, praticamente, 2012. Ficou um rabicho que vamos ter que ajustar. Ano de 2013, estamos zerando inteiro. O ano de 2014 não tem Orçamento suficiente para poder remunerar a COHAB; tem R\$300 mil. Ou seja, são despesas de exercícios anteriores. E vamos ter que pedir um decreto específico para isso, para poder ir sanando essas pendências que existem. **Sra. Júlia** – “Compromissados” é o que se pretende gastar? **Dr. Yazbek** – Esses compromissados significam recursos que estão vinculados a contratos que estão em execução e que têm que deixar uma previsão para poder ser consumido o recurso. Por isso está dizendo que esses valores aqui, de reserva, são estimados. Essas reservas são para despesas de investimento, segurança, vigilância, concessionárias, tributos, sentenças judiciais e as remunerações pendentes com relação à própria COHAB. **Sra. Júlia** – Recursos do Faria Lima, é o que se pretende? Esses quase R\$12 milhões, por exemplo, se pretende gastar? **Dr. Yazbek** – Isso é receita que ingressou através da antiga Emurb, hoje SP Urbanismo, e ele só pode ser utilizado, a princípio, na região abrangida pelo envoltório do Projeto Faria Lima. **Sra. Júlia** – Aqueles R\$38

milhões, que estão ali, equivalem a R\$18 milhões, mais R\$13 milhões, mais R\$6 milhões? **Dr. Yazbek** – Sim. Estamos fazendo uma continha de subtração. **Sra. Júlia** – Esse compromisso pelo Faria Lima não significa que é diferente daquele comprometido em cima, que já tenho previsão de gastar? **Dr. Yazbek** – Ele está bloqueado. **Sra. Júlia** – Mas não há previsão de gastar? **Dr. Yazbek** – Não. Enquanto não definir qual projeto vai ser feito, ele está bloqueado. A mesma coisa acontece com o recurso da Secretaria de Educação e da Secretaria da Saúde. Também estão bloqueados. São recursos que entram através do Fundo, mas não podem ser usados, porque é uma demanda das secretarias. Esse daqui, do Programa Especial de Habitação, é um empreendimento que já se encerrou e teve uma sobra. Não podemos usar em outro lugar. A rigor, deveria estar devolvendo. **Sr. Caio** – É uma receita? **Dr. Yazbek** – Isso foi transferido pelo Governo Federal para poder fazer esse empreendimento especificamente, que está concluído. Esses aqui são recursos da Prefeitura que entraram para fazer empreendimentos específicos que não foram definidos até hoje. E estão aí parados. **Sr. Caio** – É uma receita carimbada, digamos. Ela tem um lugar certo para ir. **Dr. Yazbek** – É uma receita carimbada. Temos dois outros empreendimentos também com recursos do PEP. Só que não consigo utilizar esses recursos aqui para poder suportar o recurso que está sendo utilizado para poder fazer o Mário de Andrade e o Palacete dos Artistas. **Dr. Abukater** – É DNA diferente. **Dr. Yazbek** – Exatamente. **Sr. Sidnei** – Então, significa que o dinheiro que vem do PEP, que não foi usado, que é do Governo Federal, se devolve? **Dr. Yazbek** – Esse aqui, especificamente, sim. É um empreendimento que está concluído. No caso do Palacete dos Artistas e do Mário de Andrade, na verdade, estamos tendo que colocar recursos para poder fazer. Dado o tempo decorrido do contrato e a execução, estamos tendo que fazer um aporte, que estamos fazendo. É por isso que está aqui o reajuste das medições, da Injetal e JM, porque os recursos do Governo Federal não são corrigidos, ou seja, eles não remuneram uma correção pela diferença de tempo de execução. **Dr. Abukater** – Contratamos as empresas como se fosse uma obra de período normal, com reajuste normal. Contratamos com o Governo Federal, dentro das regras do programa, que não tem reajuste. O que acontece? A obra sofre reajuste normal e o Governo Federal não reajusta os recursos. E o PEP não existe mais. Então, a Caixa ficou também sem flexibilidade para buscar outro caminho. As obras estão terminando e bancamos o reajuste. São recursos não reajustáveis. **Sra. Júlia** – Especificamente em relação ao Faria Lima, qual a ingerência do Conselho nesses recursos? Nós, enquanto assessoria jurídica, acompanhamos, por exemplo, um caso de uma reintegração de posse, com 80 famílias, num prédio dentro do perímetro de Operação Urbana Faria Lima. E inúmeras negociações e reivindicações foram feitas para que se usassem recursos da operação urbana para promover habitação social e intervir nessa ação, e, eventualmente, comprar o prédio, porque tem um valor, que é até baixo. O contrato de compra e venda é R\$1,3 milhão para um terço. Então, se usar o contrato de compra e venda, vai dar no máximo R\$4 milhões o prédio. E foi dito que não há recursos no Faria Lima. Foi a primeira coisa que ouvimos. A segunda coisa que ouvimos: “Ah, isso é da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano disse que isso, quem tem que definir é o Secretário de Habitação”. Estamos olhando um Orçamento. Temos um valor significativo, R\$12 milhões. **Dr. Abukater** – Quem define o que fazer com os R\$12 milhões é o dono do dinheiro. O dono do dinheiro é o dono da operação urbana. Quem é o gestor é a SP Urbanismo. Esse recurso está aí e, segundo me consta, é para resolver o problema da Favela Coliseu. E a Panorama. **Dr. Biasi** – Há duas obras habitacionais ainda no perímetro da Faria Lima, que é a Favela Coliseu e a Favela Panorama. Essas duas obras, certamente, têm mais recursos. Isso é um recurso alocado na ponta da COHAB. A secretaria tem mais recursos recolhidos na operação. Esse custo dessa intervenção, dessas duas obras, terá que ser somado a outros recursos da Faria Lima, recolhidos na operação Faria Lima, para pagar essas duas últimas intervenções. São as duas últimas da operação habitacional. **Sra. Júlia** – Está no Orçamento, está no Fundo, mas o Conselho não tem muita ingerência. **Dr. Abukater** – Não. Quem manda no recurso é o Conselho Gestor da SP Urbanismo. **Sra. Júlia** – Por que o dinheiro vem para o Fundo? **Dr. Abukater** – Porque é o lugar que tem que vir recurso para esse fim, para atender a essa faixa de renda. Está na lei. De qualquer forma, para não ficar divagando sobre essas questões, posso dizer que quem vai definir o que fazer com os R\$12 milhões é a SP Urbanismo. Adicionalmente, o Secretário Adjunto, Dr. Marco, já informou que está desenvolvendo um trabalho na Favela Panorama. Estou com o projeto da outra pronto. Na hora que me der sinal verde, eu lito outra obra, que é da Favela Coliseu. Dependendo, naturalmente, para fazer isso, da autorização de outro conselho gestor e não desse. **Dr. Yazbek** – Todas as operações urbanas são feitas debaixo de uma legislação específica para aquela região. Então precisa ver qual é a legislação que aprovou a Operação Urbana Faria Lima e o que ela permite que seja feito. Precisa dizer o que pode ser feito com os recursos que estão dentro da envoltória. **Dr. Abukater** – Mas é questão de legislação. A questão que ela está colocando é a seguinte: há um problema social, que é um prédio, o Teodoro Sampaio, que está invadido, que tem reintegração de posse, que é uma coisa 100% privada. A pergunta dela é objetiva: podemos encaminhar dentro dessa instância